

# Brasília 66



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

O presidente Juscelino Kubitschek foi objetivo. Concluiu apenas os principais prédios da nova capital da República na data da inauguração: 21 de abril de 1960. Foram terminados o Palácio da Alvorada, o do Planalto, o Supremo Tribunal Federal, o Congresso, o esqueleto da Catedral, os ministérios, a igreja Nossa Senhora de Fátima, as duas asas — Sul e Norte —, o Lago Paranoá e poucas superquadras. Os pioneiros terminaram de construir a cidade que hoje é a terceira maior do Brasil, depois de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de sessenta, no século passado, Brasília era uma aspiração. O presidente Jânio Quadros, que governou por apenas oito meses e alguns dias, renunciou a seu cargo, fugiu para São Paulo, onde ficou homiziado na base aérea de Cumbica. Dali foi para o exílio. Quando saiu de Brasília, disse que jamais voltaria a “esta cidade malsinada”. Fez uma única obra em Brasília. Ordenou a construção de um pombal na praça dos Três Poderes. João Goulart, o Jango, também não fez nada em favor da cidade. Ele governou do Palácio das Laranjeiras, no Parque Guinle, no Rio de Janeiro.

Foi naquela cidade que ele fez o famoso comício da Central do Brasil, na frente ao então Ministério da Guerra. Os generais assistiram da janela ao desenrolar daquela crise política. A primeira-dama Maria Teresa Goulart passou a maior parte do governo do marido

em Madri, na Espanha. Sua primeira participação em ato público foi no comício da Central. O casal reencontrou-se em Brasília, na Granja do Torto, para reunir seus pertences e viajar para Porto Alegre, onde deveria resistir ao golpe militar, junto com o chamado dispositivo do general Assis Brasil, então chefe da Casa Militar da Presidência.

O dispositivo não funcionou. O casal fugiu às pressas para uma fazenda de sua propriedade no Uruguai. Jango só retornou ao Brasil para ser enterrado em São Borja, no Rio Grande do Sul. O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, cearense, foi eleito pelo Congresso Nacional em 1964 o novo presidente do Brasil. Juscelino Kubitschek, já senador por Goiás, votou a favor dele, pensando que o golpe teria curta duração. Ele sonhava com a candidatura a presidente da República em 1965. Tancredo Neves, ao seu lado, votou contra. Posteriormente, JK foi cassado pelo comando dos governos militares, junto com dezenas de parlamentares.

Muita gente fugiu pulando o muro das embaixadas. Eram poucas em Brasília. A dos Estados Unidos já funcionava naquela época. Mas ninguém se atreveu a buscar asilo ali. O governo dos Estados Unidos apoiou o golpe militar. A da Tchecoslováquia, país comunista que não existe mais, ao contrário, foi quase invadida por parlamentares que fugiam da repressão. Os que ficaram foram presos e recolhidos no Teatro Nacional, que, na época, estava inacabado. Hoje ele está fechado porque o governo do DF não fez a necessária manutenção. Depois, os presos foram transferidos para quartéis do Exército. 1964 foi um ano muito difícil para o país. A política econômica fortemente restritiva provocou uma recessão severa. O desemprego foi alto e a inflação, pesada. Ninguém podia reclamar porque a repressão era implacável.

O Distrito Federal foi governado desde sua criação no Planalto Central por um indicado pelo presidente da República. No início, seu título era de prefeito. Depois, foi promovido a governador. Hoje, o brasileiro vota para governador, senador, deputado federal e deputado distrital. A política é semelhante à de outras capitais.

Brasília abrigava, no final de 1960, segundo o IBGE, 140 mil habitantes, os pioneiros, que aceitaram a missão de viver numa cidade de clima frio, seco e pouquíssimas diversões. Era uma grande cidade pequena, cujos habitantes temiam o retorno da capital para o Rio de Janeiro. A cidade assistiu a rebeliões e golpes de Estado. Sobreviveu a todos. Conseguiu desenvolver-se e acolher bem seus hóspedes, receber os Poderes da República e mais de uma centena de embaixadas. Hoje é uma cidade grande, com os desafios inerentes ao seu tamanho, com atividade política própria. O tempo da aventura no Planalto Central terminou.

Nos anos 60, o pessoal ia pescar e caçar patos nos primeiros quilômetros da estrada para a Bahia. Hoje, a região é recortada por conjuntos habitacionais. Na saída sul, a BR-040, a situação é a mesma. Condomínios maiores ou menores. A área do Distrito Federal não ocupada pelos seus habitantes é utilizada por produtores rurais. O Cerrado, antes conhecido como terra inservível, agora é utilizado para a produção de grãos. Brasília, além de ser o cérebro das altas decisões nacionais, abriu as portas do brasileiro para o Centro-Oeste. O país moderno apareceu nesse período. O país de hoje não guarda nenhuma semelhança com aquele de seis décadas atrás. Obra de um político capaz de enxergar além das picuinhas nacionais e da polarização entre ditadura militar e populismo radical.



## Mídia e discriminação na TV: os casos Ludmilla e Erika Hilton



» RENATO FERREIRA  
Professor-doutor em ciências jurídicas; pesquisador na área de políticas públicas e promoção dos direitos fundamentais

Os episódios envolvendo a cantora Ludmilla e a deputada federal Erika Hilton reacenderam um debate antigo, mas ainda pouco resolvido, na sociedade brasileira: a presença de práticas discriminatórias nos meios de comunicação de massa. Ambos os casos ocorreram em programas vinculados ao SBT e expõem como práticas discriminatórias continuam atravessando o espaço público midiático, mesmo em um momento de maior visibilidade das pautas de direitos humanos, e em meio ao silêncio das autoridades.

O primeiro caso remete a um episódio ocorrido em 2017, quando o apresentador Marcão do Povo se referiu à cantora Ludmilla utilizando a expressão “macaca” durante um programa televisivo. A declaração foi amplamente criticada por organizações antirracistas e por setores da opinião pública, sendo interpretada como manifestação de racismo. A artista ingressou com ações judiciais contra o apresentador e passou a denunciar publicamente o episódio. Tal fato chamou a atenção sobre a persistência do racismo institucional na mídia brasileira.

Anos depois, o caso voltou a ganhar repercussão quando Ludmilla recusou conceder entrevista a uma repórter do SBT durante um

evento musical. A cantora afirmou que não falaria com a emissora enquanto o apresentador permanecesse em seu quadro de profissionais. A atitude foi interpretada como forma de protesto simbólico e reacendeu o debate sobre a responsabilidade das empresas de comunicação diante de episódios de discriminação.

Esse caso ainda tramita na Justiça. Recentemente, o Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afrobrasileiras (Idafro) ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo a suspensão da absolvição de Marcão do Povo, por entender que a decisão foi contraditória, pois, ao mesmo tempo, “reconheceu a existência do crime de racismo e absolveu o autor das falas criminosas”.

Outro episódio recente envolveu a deputada federal Erika Hilton e o apresentador Ratinho, durante o *Programa do Ratinho*. Em um comentário ao vivo, o apresentador afirmou que a parlamentar “não é mulher, é trans”. A declaração foi considerada transfóbica por diversos setores da sociedade, pois implicaria a negação da identidade de gênero da deputada.

Diferentemente do caso Ludmilla, que teve trajetória mais longa no campo judicial, Erika Hilton reagiu rapidamente no plano institucional. A parlamentar encaminhou representação ao Ministério das Comunicações, solicitando a suspensão do programa. Argumentou que a emissora utilizou uma concessão pública de radiodifusão para difundir discurso discriminatório. O episódio também gerou pedidos de responsabilização do apresentador e intensos debates nas redes sociais.

Nos dois casos, o SBT buscou responder de maneira institucional. No episódio envolvendo Erika Hilton, a presidente da emissora, Daniela Beyrutí, entrou em contato com

a deputada para apresentar desculpas e afirmar que a fala do apresentador não refletiria a posição da empresa. Já no caso Ludmilla, a emissora manteve o apresentador em sua programação, o que acabou reforçando as críticas feitas pela cantora.

Esses episódios revelam uma tensão recorrente na grande mídia brasileira: o equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade social dos meios de comunicação. A televisão aberta opera por concessão pública, conforme previsto na Constituição Federal, o que implica compromissos com valores democráticos e com a promoção do respeito à dignidade humana.

Diante desse cenário, os casos envolvendo Ludmilla e Erika Hilton deixam evidente que racismo e transfobia não são apenas desvios pontuais de linguagem na televisão brasileira, mas expressões de desigualdades estruturais que ainda atravessam o campo da comunicação. Quando episódios desse tipo ocorrem em veículos que operam por concessão pública, o debate ultrapassa a esfera individual e passa a envolver responsabilidade institucional e compromisso democrático com os direitos fundamentais.

Mais do que pedidos de desculpas ou disputas judiciais, esses casos exigem a atuação do poder público e a reflexão profunda sobre os padrões éticos da mídia e sobre o papel do Estado e da sociedade na construção de um espaço público que não normalize a humilhação racial nem a negação da identidade de pessoas trans. Em última instância, a maneira como o país responde a esses episódios revela o quanto estamos dispostos, ou não, a enfrentar as discriminações que historicamente estruturam a sociedade brasileira.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Quem compra, sabe

Num país em que a economia se apresenta frequentemente como um exercício de abstração, mediado por gráficos, relatórios e projeções, talvez fosse o caso de deslocar o eixo da análise para um território menos teórico e mais concreto, ainda que menos prestigiado: o cotidiano das donas de casa e dos responsáveis pela administração doméstica. Afinal, poucos observadores acompanham com tamanha precisão a variação dos preços dos alimentos quanto aqueles que, diariamente, percorrem corredores de supermercados e feiras livres em busca de equilíbrio entre renda limitada e necessidades inadiáveis.

Essa observação empírica, construída à margem das fórmulas tradicionais, revela uma dinâmica que nem sempre coincide com os indicadores oficiais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação acumulada dos alimentos no domicílio apresenta variações que, embora relevantes, parecem insuficientes para traduzir a percepção social de encarecimento contínuo. Já entidades do setor, como a Associação Brasileira de Supermercados, apontam aumentos significativamente mais expressivos em itens essenciais: o café torrado com elevação próxima de 40% em períodos recentes; o óleo de soja acumulando reajustes em torno de 30%; a carne bovina variando em patamares semelhantes; e o leite longa vida registrando altas próximas de 20%. São números que, isoladamente, poderiam ser relativizados, mas que, em conjunto, compõem um quadro inequívoco de pressão sobre o consumo básico.

O impacto desses aumentos torna-se ainda mais evidente quando se observa o comportamento da cesta básica nas capitais brasileiras. Levantamentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) indicam que, em 16 das 17 capitais analisadas, houve elevação no custo médio dos itens essenciais ao longo do último período, com variações que, em alguns casos, ultrapassam dois dígitos anuais. Esse movimento não apenas reduz o poder de compra, mas altera qualitativamente o padrão alimentar, induzindo substituições, simplificações e, em situações mais críticas, restrições.

A erosão do poder aquisitivo não é fenômeno recente. Desde a introdução do real, em 1994, estima-se que a moeda brasileira tenha perdido parcela significativa de seu poder de compra ao longo das décadas, ainda que estabilizações pontuais tenham ocorrido. Mais relevante, contudo, é a defasagem entre o salário mínimo vigente e o chamado salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese. Dados recentes apontam que, para sustentar uma família de quatro pessoas com dignidade, seria necessário um rendimento superior a cinco vezes o salário mínimo oficial, superando a marca de R\$ 7 mil mensais. Essa discrepância não se manifesta apenas em estatísticas, mas no cotidiano de milhões de trabalhadores que destinam parcela crescente de sua renda à alimentação.

Não por acaso, estimativas indicam que o brasileiro médio pode comprometer mais de 50% de seus rendimentos apenas com despesas alimentares básicas, sendo necessário, em alguns casos, mais de 100 horas de trabalho mensal para adquirir uma cesta básica. Trata-se de um indicador silencioso, mas eloquente, da deterioração das condições materiais de vida, sobretudo entre as camadas mais vulneráveis.

Diante desse cenário, multiplicam-se estratégias de adaptação que escapam às medições convencionais. A procura por produtos em “xepa”, o consumo de itens próximos ao vencimento, a redução do tamanho das embalagens — prática conhecida como shrinkflation — e a frugificação de produtos tradicionalmente vendidos em cortes maiores tornam-se mecanismos cotidianos de sobrevivência econômica. São ajustes discretos, mas reveladores de uma economia que se reorganiza não pela expansão da renda, mas pela compressão do consumo.

A história, nesse aspecto, oferece paralelos inquietantes. Ao longo dos séculos, movimentos sociais e rupturas institucionais raramente foram impulsionados por formulações ideológicas complexas, mas, sim, por fatores elementares relacionados à subsistência. O aumento no preço dos alimentos, a escassez e a percepção de injustiça distributiva figuram entre os gatilhos mais recorrentes de instabilidade. A fome, ou mesmo a sua iminência, permanece como um dos mais potentes agentes de transformação social.

Nesse contexto, a experiência das donas de casa — frequentemente relegada ao plano doméstico e invisível — adquire dimensão analítica. Não se trata apenas de percepção subjetiva, mas de leitura contínua de um sistema que se expressa, de forma mais transparente, nas prateleiras do que nos relatórios. A economia, nesse nível, deixa de ser abstração para se tornar prática cotidiana, marcada por escolhas difíceis e renúncias silenciosas.

Talvez resida aí uma das principais contradições do debate contemporâneo: enquanto a linguagem econômica se sofisticava, incorporando modelos e métricas cada vez mais complexos, a realidade que pretende explicar se impõe de maneira direta, quase rudimentar. Entre números oficiais e preços efetivos, entre projeções e experiência concreta, estabelece-se uma distância que não pode ser ignorada sem custo.

Perguntar às donas de casa, portanto, não é um gesto de simplificação, mas de reconhecimento. É admitir que, antes de qualquer teoria, existe uma prática que resiste, observa e traduz, diariamente, os movimentos de uma economia que, para muitos, já deixou de ser promessa para se tornar obstáculo.

### A frase que foi pronunciada:

“A inflação é a maior inimiga de todas as pessoas e das nossas esperanças de crescimento econômico. Ela está na raiz dos problemas.”

Ronald Reagan

### » História de Brasília

Para uma situação como esta, é necessário que uma república forte dê um ensinamento aos desonestos, reprimindo os abusos para sempre, de uma vez. (Publicada em 17/5/1962)